

Acordo da dívida fica para 1994

■ Adiamento acontece pela terceira vez e nova data é fixada para o dia 15 de abril

BRASÍLIA — O atraso provocado pela CPI do Orçamento na discussão de temas de interesse do governo, como a revisão constitucional, a reformulação do Orçamento de 1994 e o ajuste fiscal obrigou o Brasil a adiar pela terceira vez a data de fechamento do acordo com os credores internacionais. A data original, fixada em 30 de julho, foi estendida para 30 de novembro e, no mês passado, postergada para 28 de fevereiro. A nova data, a pedido do governo brasileiro, passou para 15 de abril. O anúncio foi feito ontem pelo comitê dos bancos credores e pelo governo brasileiro, por meio de nota oficial, em Nova Iorque. Em Brasília o presidente do BC, Pedro Malan, explicou que a equipe econômica já não está segura de que os três temas estarão aprovados no início de janeiro. "Diante de tudo que está acontecendo aqui e da existência de possíveis atrasos, é uma aposta arriscada contar que no início de janeiro estará tudo concluído", justificou Malan.

Um dos principais entraves para a troca da dívida junto aos bancos privados internacionais, de US\$ 35 bilhões, pelos vários tipos de bônus oferecidos pelo Brasil, é a falta de um

acordo com o FMI, exigência contratual para a conclusão das negociações. Os entendimentos com o Fundo, por sua vez, também dependem da aprovação de medidas que garantam o equilíbrio das contas públicas. Segundo o presidente do BC, chegará ao Brasil na segunda quinzena deste mês uma missão do FMI.

A nota oficial divulgada ontem também comunica que a assinatura dos contratos individuais entre o Brasil e cada um dos cerca de 900 credores internacionais começará no dia 29 de novembro, em Toronto, Canadá. O país vai iniciar as assinaturas mesmo sem a adesão da família Dart, detentora de US\$ 1,4 bilhões da dívida brasileira, cerca de 4% do débito sob negociação nesta fase. O adiamento, a data para assinatura e o impasse criado pelos Dart foram os assuntos discutidos na reunião entre o comitê e representantes do governo brasileiro em Nova Iorque, no início desta semana.

Segundo Malan, o Brasil propôs que a nova data da troca fosse marcada para para 31 de março. Para evitar problemas contábeis para os bancos japoneses, detentores de uma parte expressiva da dívida, o comitê acabou fixando a nova data em 15 de abril.



Brasília — Gilberto Alves

Pedro Malan: falta um acordo com o FMI